



CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Coordenadores

Juíza do Trabalho Noemia Porto

Doutoranda em Direito pela UNB, Juíza do Trabalho do TRT da 10ª Região e Presidente da AMATRA 10

Juiz do Trabalho Cristiano Siqueira

Mestre em Direito Internacional dos Direitos Humanos (University of Essex), Juiz do Trabalho do TRT da 10ª Região e Diretor da EMATRA 10

Objetivos

A Escola da Magistratura do Trabalho da 10ª Região (Ematra 10), em convênio com a ATAME-DF, oferece curso de extensão sobre temas contemporâneos e centrais ao Direito do Trabalho, tais como, prescrição e decadência; formas atípicas de trabalho; trabalhos infantil, da mulher e dos portadores de necessidades especiais; discriminação no Direito do Trabalho; os limites do poder fiscalizatório do empregador; e as responsabilidades pelo adimplemento das obrigações trabalhistas. O objetivo dessa iniciativa é propor, a partir da perspectiva da magistratura trabalhista, reflexão que perpassa pela abordagem crítica, na apenas da doutrina, mas especialmente dos precedentes jurisprudenciais relacionados a essas questões atuais e polêmicas que, embora naveguem o cotidiano da Justiça do Trabalho, sendo objeto de análise de magistrados, procuradores, advogados e servidores públicos, não são aprofundadas na maneira desejável em um curso regular de Direito do Trabalho.

Público - Alvo

Magistrados, procuradores, advogados, servidores públicos em geral, estudantes de Direito e outros profissionais como administradores de empresa, gestores de pessoal e dirigentes sindicais com interesse no tema.

Conteúdo Programático

1. Princípios do Direito do Trabalho - (Professora Gabriela Neves Delgado - 1 encontro - 06.03)

2. Prescrição e Decadência no Direito do Trabalho. Situações Polêmicas (Juiz do Trabalho Osvani Dias - 1 encontro - 08.03)
3. Formas Atípicas de Trabalho. 3.1. Os elementos do vínculo empregatício. O Mundo do Trabalho e a Constituição Federal. Órfãos da Constituição. Interpretação Constitucional Evolutiva. Subordinação Estrutural, Objetiva e Parasubordinação 3.2. Terceirização. Trabalho Temporário. Terceirização, Precarização das Condições de Trabalho e Responsabilidades. 3.3. Cooperativas de Trabalho. 3.4. Trabalho por meio de pessoa jurídica. "Pejotização". 3.5. Diretor societário não empregado. 3.6. Representantes Comerciais Autônomos. 3.7. Trabalho Voluntário. 3.8. Trabalho em Campanhas Eleitorais. 3.9. Contrato de Aprendizagem. 3.10. Contrato de Estágio. 3.11. Trabalho Avulso (Juizas Noemia Porto e Solyamar Soares) - 2 encontros - 13.03 e 15.03.

4. Trabalho Infantil, da Mulher e de Portadores de Necessidades Especiais (Juiz do Trabalho Maurício Westin - 1 encontro - 20.03)

5. Discriminação no Direito do Trabalho. 5.1. Igualdade e Não-Discriminação. Perspectiva Histórica. Aparato normativo constitucional e internacional. 5.2. Formas de Discriminação no emprego. Formas tradicionais. Novas Formas e Formas Emergentes. 5.3. Discriminação de Gênero. 5.4. Discriminação em razão da Orientação Sexual. 5.5. Discriminação Racial. 5.6. Discriminação dos Portadores de Necessidades Especiais. 5.7. Discriminação em razão da Idade. 5.8 Discriminação em razão do Estado de Saúde. 5.8.1 Discriminação em razão do ajuizamento de Ações. 5.9 Discriminação pelo Estilo de Vida. 5.10 Discriminação de Empregados Terceirizados (Juiz do Trabalho Cristiano Siqueira - 1 encontro - 22.03)

6. O exercício do Poder Empregatício e o controle de atividades laborais. 6.1. Poder Empregatício. Espécies. Amplitude e Limitações. Princípios. Subordinação e Poder de Resistência. 6.2. Assédio Moral e Assédio Sexual. 6.3. Revistas. 6.4. Programas de Comunicação (E-mails e programas de conversação on line). 6.5. Investigação de dados pessoais ou profissionais em sites de relacionamento. 6.6. Instrumentos Audiovisuais (Circuito Interno de TV). 6.7. Polígrafo. 6.8. Exame Toxicológico. 6.9. Exame de Gravidez. 6.10. Controle do Uso de Banheiros. 6.11. Uso arbitrário do poder fiscalizatório. Potenciais Efeitos (Juiz do Trabalho Paulo Blair - 1 encontro - 27 de março)

7. Responsabilidade pelos Créditos Trabalhistas. 7.1. Responsabilidade Solidária e Subsidiária. 7.2. Responsabilidade do Empregador. Empregador por equiparação, Condomínios, Famílias, Grupos de Fato e Grupo Empregador (grupo econômico, empresas consorciadas, parceria agrícola, franquia, representação comercial). Aspectos processuais. 7.3. Responsabilidade na Sucessão Trabalhista. 7.3.1. Responsabilidade de Sócios. A descon sideração da personalidade jurídica no Direito do Trabalho. Responsabilidade do Estado. Dissolução da Sociedade. Alcance. Aspectos Processuais 7.4. Responsabilidade dos Tomadores de Serviços. Terceirização Lícita e Ilícita, Responsabilidade subsidiária do Ente Público, Subempregada e Dono da Obra. 7.5. Concretização da Responsabilidade Trabalhista. Bens penhoráveis e impenhoráveis. Caráter Preferência. Recuperação Judicial. Falência. (Juiz do Trabalho Gervásio Meirelles- 1 encontro - 29.03)

Início - 06 de Março de 2012

Aulas - terças e quintas, das 19h00min às 22h00min

Duração - 8 aulas

Calendário provável - Março: 06, 08, 13, 15, 20, 22, 27 e 29

Carga Horária - 24 horas-aula

Serão fornecidos certificados aos que alcançarem 75% de presença

Inscrições: www.atame.edu.br

W3 norte 513 - Bloco D - Ed. Imperador 3. andar - salas 301 a 306,

Asa Norte - Brasília,DF - Fones(61) 3274-3545 / 9267-7064

e-mail: pos-graduação@atame.edu.br

Realização:



Apoio:





CURSO DE PROCESSO DO TRABALHO EM TRIBUNAIS: RECURSOS E AÇÕES ORIGINÁRIAS

Coordenadores

Juíza do Trabalho Noemia Porto

Doutoranda em Direito pela UNB, Juíza do Trabalho do TRT da 10ª Região e Presidente da AMATRA 10

Juiz do Trabalho Cristiano Siqueira

Mestre em Direito Internacional dos Direitos Humanos (University of Essex), Juiz do Trabalho do TRT da 10ª Região e Diretor da EMATRA 10

Objetivos

A Escola de Magistratura do Trabalho da 10ª Região (Ematra 10), em convênio com a ATAME-DF, oferece curso de extensão sobre processo do trabalho em tribunais, sob o enfoque dos principais recursos e ações originárias que tramitam nos Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho e Supremo Tribunal Federal. Considerando a posição geográfica das sedes dos Tribunais Superiores, é inegável a vocação natural de magistrados, procuradores, advogados, servidores públicos e diversos outros profissionais desta capital federal em relação aos procedimentos próprios dos Tribunais. Assim, considerando a necessidade de formação e aperfeiçoamento continuado da comunidade jurídica regional, associada ao conhecimento concentrado e adquirido ao longo dos anos por diversos operadores jurídicos que têm como objeto de atuação e estudo os recursos trabalhistas e as ações originárias nas Cortes Laborais, o intuito do presente curso é possibilitar uma reflexão abrangente e crítica sobre os principais pontos divergentes e polêmicos alusivos a essa matéria.

Público - Alvo

Magistrados, procuradores, advogados, servidores públicos em geral, estudantes de Direito e outros profissionais como gestores de pessoal, paralegais e demais interessados no tema.

Conteúdo Programático

1. Processo do Trabalho no TRT, TST E STF. 1.1. Introdução. 1.2. Teoria Geral dos Recursos: fundamentos, princípios, pressupostos e efeitos. 1.3 Particularidades do Processo do Trabalho: recorribilidades, efeitos e prazos (unificação, exceções, Fazenda Pública e litisconsortes com procuradores distintos). 1.4. Outros assuntos, na perspectiva das leis trabalhistas, súmulas e orientações jurisprudenciais: duplo juízo de admissibilidade, falta de assinatura, remessa *ex officio*, juntada de documentos na fase recursal, formas de interposição (ordinária, recurso interposto via fac-símile e peticionamento eletrônico), interposição por "simples petição", contra-razões, recursos adesivos, regimentos internos e sustentações orais (1 encontro)

2. Recurso Ordinário, Embargos Declaratórios, Agravo de Petição e Agravo interno. 2.1. Recurso Ordinário. 2.1.1. Cabimento e Admissibilidade. 2.1.2. Efeitos. 2.1.3. Procedimentos. 2.1.4. Sustentação Oral no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. 2.1.5. Súmulas e orientações jurisprudenciais. 2.1.6. Outras

questões.2.2. Embargos Declaratórios. 2.2.1. Cabimento e Admissibilidade. 2.2.2. Hipóteses de vícios. 2.2.3. Efeitos Modificativos. 2.2.4. Multa. 2.2.5. Embargos Declaratórios em Embargos Declaratórios. 2.3. Agravo Inominado. 2.3.1. Cabimento e admissibilidade. 2.3.2. Multa. 2.3.3. Processamento. 2.4. Agravo de petição. 2.4.1. Cabimento e admissibilidade. 2.4.2. Sobrestamento. 2.4.3. Procedimento. 2.4.4. Súmulas e orientações jurisprudenciais. (1 encontro)

3. Recurso de Revista e Embargos à SBDI-I do TST. 3.1. Recurso de Revista. 3.1.1. Cabimento e admissibilidade: pressupostos comuns e específicos. 3.1.2. Transcendência. 3.1.3. Efeitos. 3.1.4. Processamento. 3.1.5. Sustentação Oral no TST. 3.1.6. Súmulas e orientações jurisprudenciais. (1 encontro). 3.2. Dos Embargos à SBDI-I do TST. 3.2.1. Cabimento e admissibilidade: pressupostos comuns e específicos. 3.2.2. Questões Polêmicas sobre a Lei nº 11.496/07. 3.2.3. Processamento. 3.2.4. Sustentação Oral. 3.2.5. Súmulas e orientações jurisprudenciais. (2 encontros).

4. Recurso Extraordinário e Agravo de Instrumento. 4.1. Recurso Extraordinário. 4.1.1.1 Cabimento e admissibilidade: pressupostos comuns e específicos. 4.1.2. Súmula Vinculante e Repercussão Geral. 4.1.3. Súmulas em geral. 4.1.4. Processamento. 4.1.5 Sustentação oral no STF. 4.2 Agravo de Instrumento. 4.2.1 Tipos processuais em geral. 4.2.2. Cabimento e admissibilidade no processo do trabalho: pressupostos e formação do traslado. 4.2.3. Processamento. 4.2.4 Sobrestamento. 4.2.5. Súmulas e orientações jurisprudências. (1 encontro)

5. Equivalentes Recursais e Controle Jurisdicional de Constitucionalidade. 5.1 . Reclamação Correicional. 5.2. Reclamação Constitucional no STF. 5.3. Incidente de Uniformização de Jurisprudência. 5.4. Representação pelo TST. 5.5. Controle jurisdicional de constitucionalidade. 5.5.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade. 5.5.2. Ação Declaratória de Constitucionalidade. 5.5.3. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. (3 encontros)

6. Ação Rescisória. 6.1. Conceito. Natureza jurídica. Requisitos específicos. 6.2. Prazo. 6.3. Competência. 6.4. Hipóteses de cabimento. 6.5. Decisões rescindíveis e atos não rescindíveis. 6.6. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais (1 encontro)

7. Ação Cautelar. 7.1. Condições, pressupostos, competência. 7.2. Medidas cautelares e Poder Geral de Cautela. 7.3. Procedimento Cautelar. 7.4. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais (1 encontro)

8. Mandado de Segurança. 8.1. Considerações preliminares e noções Gerais. 8.2. Condições genéricas e específicas do mandado de segurança. 8.3. Ato de autoridade e abuso de poder. 8.4. Direito Líquido e certo. 8.5. Hipóteses de cabimento na Justiça do Trabalho. 8.6. Liminar em mandado de segurança. 8.7. Mandado de segurança coletivo. 8.8. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais (1 encontro)

9. *Habeas Corpus* e Dissídio Coletivo. 9.1. *Habeas Corpus*. 9.2. Dissídio Coletivo. 9.2.1. Conceito. 9.2.2. Pressupostos de cabimento e condições da ação coletiva. 9.2.3. Competência. 9.2.4. Poder Normativo. 9.2.5. Sentença Normativa. 9.2.6. Procedimento. 9.2.7. Súmulas e orientações jurisprudenciais. (1 encontro)

Início - 10 de Abril de 2012

Aulas - terças e quintas, das 19h00min às 22h00min

Duração - 12 aulas

Calendário provável - Abril: 10, 12, 17, 19, 25 e 26; e Maio: 2, 8, 10, 12, 24 e 26

Carga Horária - 30 horas-aula

Serão fornecidos certificados aos que alcançarem 75% de presença

Inscrições: www.atame.edu.br

W3 norte 513 - Bloco D - Ed. Imperador 3. andar - salas 301 a 306,

Asa Norte - Brasília, DF - Fones(61) 3274-3545 / 9267-7064

e-mail: pos-graduação@atame.edu.br

Realização:

Apoio:

